

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.707 - PE (2019/0357245-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : CREUZA DE ALMEIDA COSTA
ADVOGADO : CREUZA DE ALMEIDA COSTA - PE044874
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : GABRIELLA RODRIGUES DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **GABRIELLA RODRIGUES DE LIMA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Consta dos autos que a paciente foi presa, preventivamente, em 5/12/2017, pela suposta prática dos delitos previstos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em decisão assim ementada:

"HABEAS CORPUS - PRISÃO PREVENTIVA - ACUSAÇÕES DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO - AÇÃO PENAL COM TRÂMITE REGULAR - COMPLEXIDADE DO FEITO, COM PLURALIDADE DE RÉUS - PACIENTE MÃE DE DUAS CRIANÇAS - PEDIDO DE LIBERDADE OU PRISÃO DOMICILIAR - SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA NO CASO CONCRETO.

1 - A paciente foi denunciada, juntamente com outros acusados, em razão de tráfico de drogas e associação para o tráfico (arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006), encontrando-se em prisão preventiva desde o dia 05/12/2017.

2 - Alega a impetrante que a paciente está presa "em razão de investigação policial" e o feito encontra-se paralisado há mais de 8 (oito) meses sem que a denúncia sequer tenha sido oferecida, pelo que haveria constrangimento ilegal por excesso de prazo.

3 - No entanto, a constatação do excesso de prazo não se dá pela simples verificação do decurso de tempo, visto que devem ser levadas em consideração as circunstâncias do caso concreto, além de ser exigido que o atraso resulte de descaso injustificado do juízo. Súmula 84 do TJPE.

4 - No caso, a petição inicial não é instruída com documentos que permitam verificar, ainda que superficialmente, o excesso de prazo alegado, visto que foi juntado aos autos apenas um informativo obtido pela internet referente a um "pedido de busca e apreensão criminal", cujo último andamento é uma sentença da qual não se sabe o seu teor.

5 - Ademais, segundo as informações da autoridade coatora, as alegações da impetrante não possuem a mínima procedência, visto que a denúncia foi recebida em 05/01/2018 e a ação penal conta com

Superior Tribunal de Justiça

vários réus acusados de integrar organização criminosa com forte atuação na região metropolitana do Recife, possuindo eles advogados diversos, além de ser necessária a expedição de cartas precatórias, estando o feito aguardando a apresentação de todas as defesas preliminares.

6 - Desse modo, inexistente excesso injustificado de prazo diante das circunstâncias do caso concreto e da tramitação regular da ação penal.

7 - No que se refere ao argumento de que a paciente é mãe de duas crianças com idade inferior a 12 (doze) anos e que por isso faz jus à prisão domiciliar nos termos do habeas corpus coletivo nº 143.641/SP, concedido pelo Supremo Tribunal Federal, é importante ressaltar que o referido tribunal estabeleceu exceções para a concessão do benefício e determinou a análise do caso concreto para justificá-la.

8 - De acordo com as informações da juíza de piso, a paciente responde a vários processos, inclusive derivados de operações, e possui ao menos três condenações definitivas, tudo por crimes relacionados ao tráfico de drogas, havendo nos autos a notícia de que a acusada, para não levantar suspeitas, chegou a vender entorpecentes na companhia de uma de suas filhas, cuja idade é inferior a 2 (dois) anos, além de deixar a outra filha, ainda bebê, com dois homens enquanto passava a noite fora de casa.

9 - Portanto, está justificada a manutenção da prisão preventiva tendo em vista as informações de que a conduta da paciente é voltada ao cometimento de ilícitos, inclusive na presença das suas filhas, colocando as crianças em evidente situação de risco.

10 - Ordem denegada" (e-STJ, fls. 23-24).

Neste *writ*, a impetrante alega, em síntese, constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para formação da culpa da paciente, aduzindo que a acusada é mãe de três crianças menores de idade – de 4, 12 e 14 anos de idade – que necessitam dos seus cuidados, de forma que se faz necessária sua colocação em prisão domiciliar.

Acrescenta que transcorreu "o lapso de dois anos sem audiência, sem andamento processual" (e-STJ, fl. 8).

Requer a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente ou substituída por prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

A natureza do presente *habeas corpus* impõe à parte o dever de instruir devidamente os autos, isto é, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado.

Na espécie, o processo não foi instruído com cópia da decisão do Juízo de primeiro grau que indeferiu o pedido de liberdade provisória ou prisão domiciliar à paciente, tampouco com as Certidões de Nascimento de suas filhas menores de 12 anos, de modo a permitir a análise da insurgência.

Nesse sentido, confirmam-se:

Superior Tribunal de Justiça

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

I - Impede o conhecimento do recurso em *habeas corpus* a insuficiência na sua instrução, notadamente como na hipótese, onde não foi juntada pelo recorrente a cópia da r. decisão que decretou a sua prisão preventiva (precedente).

[...]

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta extensão, desprovido."

(RHC 60.757/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 24/09/2015, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

[...]

2. Cabe ao impetrante o escorreito aparelhamento do *habeas corpus*, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligar cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 23/04/2015, grifou-se).

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator